



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM JEQUITINHONHA - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer nº 4/SEMAD/SUPRAM JEQUIT-DRRA/2020

PROCESSO Nº 1370.01.0002690/2020-05

Nº Documento do Parecer Único Vinculado ao SEI:11059247			
Processo SLA nº: 229/2020		SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento	
EMPREENDEDOR:	MF Cascalho e Areia Ltda	CNPJ:	08.701.276/0001-09
EMPREENDIMENTO:	MF Cascalho e Areia Ltda	CNPJ:	08.701.276/0001-09
MUNICÍPIO:	Virgem da Lapa/MG	ZONA:	Rural/ Fazenda Gerais
COORDENADAS:	Latitude	Longitude	
SIRGAS 2000 24K	16°51'46.75"	42°17'07.87"	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades.			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE/PORTE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização direta na construção civil	2/P	1
A-05-05-3	Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários	2/P	
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Leylane Silva Ferreira – Geógrafa.		CREA-MG: 128304 ART Nº 14201900000005641141	

Luiz Eduardo Freire – Engenheiro Civil; Técnico de Agrimensura.	CREA-MG: 219618 ART Nº 14201900000004981419
Aline Jardim Freire – Engenheiro Florestal	CREA-MG: 171271 ART Nº 14201900000005694363
AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA
Fernando Vinícius Diniz Ribeiro Gestor Ambiental	1.379.695-8
De acordo: Gilmar dos Reis Martins Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.353.484-7



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Vinicius Diniz Ribeiro, Servidor(a) Público(a)**, em 30/01/2020, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar dos Reis Martins, Diretor(a)**, em 30/01/2020, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11061268** e o código CRC **180C336E**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)

O empreendimento MF Cascalho e Areia Ltda pretende desenvolver suas atividades minerárias na zona rural do município de Virgem da Lapa/MG. Para tanto, no dia 20 de janeiro de 2020 foi formalizado via ecossistemas – Sistema de Licenciamento Ambiental o processo de regularização ambiental simplificado nº 229/2020, com apresentação do Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

A atividade objeto deste requerimento, é a “extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil” – 9.900,00 m³/ano e “estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites do empreendimento minerário” – 0,7 km. O empreendimento foi classificado como Classe 2. A área que se insere o empreendimento encontra-se sob alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidade de acordo com o IDE-Sisema. Haverá intervenção ambiental qual foi regularizada por DAIA e intervenção em recursos hídricos regularizado por outorga. A substância mineral a ser extraída é areia e cascalho.

Foi autorizada Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em uma área 1,5454 ha, em 11/10/2019 com validade até 11/10/2021. A outorga de intervenção em recursos hídricos foi concedida em 12/09/2018 para a finalidade de extração mineral, tempo de captação de 08:00 horas/dia no rio Araçuaí, vazão de 33,32 l/s, possui validade de 5 anos. A área de extração abrange dois processos na ANM, nº 830.515/2018 e 832.791/2006. Foi previsto um consumo de 2 m³/dia de água para aspersão de vias de tráfego.

De acordo com o RAS apresentado, o empreendimento iniciou suas operações em 12/01/2010. A mineração ocorre por meio de dragagem no leito do rio. As dragas são compostas por tubulação de 6” acionadas por motores a diesel. A polpa formada na sucção, apresenta uma proporção aproximada de 66,66% de água e 33,34% de areia. O consumo de diesel foi estimado em 1000 litros mensais, armazenados em tambores. Os mesmos deverão estar em local adequado e conter bacias de contenção preventiva a vazamentos. O abastecimento das máquinas deverá ser feito em ambiente com proteção impermeável para impedir contaminações por derramamentos.

Como principais impactos inerentes à atividade e mapeados no RAS, tem-se a geração de ruídos, efluentes atmosféricos e líquidos, de resíduos sólidos, afugentamento da fauna e deflagração de processos erosivos somados ao carreamento de partículas sólidas e impactos visuais pela degradação do solo e da paisagem. Foram considerados como impactos positivos a alteração no modo de vida comunitário pelo aumento do comércio de mercadorias, aumento da venda de serviços, geração de postos de trabalho e aumento da arrecadação tributária.

As manutenções dos veículos, máquinas e equipamento ocorrerá em oficinas na cidade de Virgem da Lapa. A fim de promover a melhoria da qualidade da água, há uma bacia de decantação para acumulação da água que retornará para o rio após separação da areia. De acordo com o RAS, será criada uma nova bacia de decantação a fim de melhorar a qualidade da água que retorna ao rio.

Dentre as medidas de mitigação, reabilitação e compensação destaca-se a adoção de canaleta e dispositivos de contenção de água pluvial nas áreas mais propícias à deflagração de processos erosivos, assim como manutenções periódicas a fim de manter sua efetividade. Prevê-se também a manutenção preventiva das máquinas a fim de que os gases emitidos pela queima de combustíveis fósseis ocorram dentro dos padrões de fábrica, visando também promover a minimização de ruídos.

Os resíduos sólidos, podem ser tipificados em classe I e II e serão armazenados temporariamente no empreendimento. Os resíduos sólidos deverão ser devidamente separados e destinados conforme suas características de acordo com a Lei Estadual 18.031 de 2009. A gestão dos resíduos deverá ser organizada conforme o Anexo II deste parecer, associado aos comprovantes de transporte e destinação final. Os efluentes oleosos oriundos da draga deverão ter armazenamentos adequados a evitar contaminações ambientais, podendo ser bombonas armazenadas temporariamente em local protegido do ambiente externo até serem destinados a empresas especializadas, obtendo seus devidos comprovantes.



No impacto sobre a fauna, tem-se como medidas mitigadoras a preservação das áreas de compensação, a conscientização ambiental dos funcionários, a reabilitação das áreas impactadas em locais de encerramento da atividade e enriquecimento da vegetação em áreas próximas da ADA. Não se identificou necessidade de captura, coleta e destinação da fauna.

Não foram levantados no RAS impactos negativos socioeconômicos relacionados às atividades do empreendimento, entretanto, qualquer impactado percebido, deverá ser comunicado imediatamente a este órgão ambiental junto às medidas mitigadoras adotadas, inclusive aqueles relacionados a captações de água a jusante.

De acordo com RAS, os efluentes sanitários serão destinados a uma fossa séptica seguida de sumidouro conforme projeto apresentado. Foram previstos 3 funcionários trabalhando em um único turno de 8 horas por dia, durante 6 dias por semana.

Em consulta a IDE-Sisema, verificou-se que o empreendimento será instalado em área de muito alto potencial espeleológico para ocorrência de cavidades naturais subterrâneas. Conforme o estudo espeleológico, a área do empreendimento foi classificada como de ocorrência improvável e médio potencial espeleológico. Foi realizado o caminhamento espeleológico na ADA e Área de Entorno formada por um buffer de 250 metros de raio a partir da ADA e não foi encontrada nenhuma feição cárstica. Trata-se de uma área de relevo plano, solo exposto e localização às margens do rio Araçuai.

Foi apresentado registro de imóvel e CAR em nome de João Ferreira de Oliveira Filho de uma área total de 154ha e 32,80,62 ha de reserva legal. Há contrato de arrendamento entre o proprietário do imóvel e os integrantes do contrato social da MF Cascalho e Areia Ltda. As poligonais do imóvel apresentado sugerem áreas de reserva legal sem conflito com a ADA do empreendimento, conforme mapas e representações gráficas apresentadas.

Este parecer técnico baseou-se nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e nos demais documentos exigidos no FOBI ou anexados nos autos do processo digital formalizado. Não foi realizada vistoria no local, sendo, portanto, o empreendedor e sua consultora os únicos responsáveis pelas informações prestadas e relatadas neste parecer. O parecer constitui-se de informações meramente técnicas não havendo análise jurídica do processo.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "MF Cascalho e Areia Ltda" para as atividades de "Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil" e "Estrada para transporte de minério/estéril externa ao limites de empreendimentos minerários", no município de Virgem da Lapa-MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Ressalta-se que o certificado deverá conter a redação seguinte de acordo com a IS 01/2018:

"Esta licença não substitui a obrigatoriedade do empreendedor em obter título minerário ou guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração, nos termos do art. 23 da Deliberação Normativa COPAM nº217/2017".



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “MF Cascalho e Areia Ltda”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Apresentar os demais relatórios de controle ambiental não contemplados no automonitoramento, mas previsto no RAS (ações de controle atmosféricos e manutenções da drenagem pluvial).	Anualmente após a concessão da licença
03	Fica proibido a lavagem e manutenção de veículos equipamentos no empreendimento sem os devidos locais de controles ambientais.	Durante a vigência da licença
04	Apresentar relatório fotográfico comprobatório de implantação das duas bacias, devidamente dimensionadas para decantação, previstas para o empreendimento.	60 dias após a concessão da licença
05	Apresentar relatório fotográfico comprovando a implantação de local adequado de armazenamento temporário dos resíduos e efluentes gerados pelo empreendimento e do local de armazenamento dos combustíveis.	60 dias após a concessão da licença

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado, os relatórios poderão ser apresentados até **o dia 10 do mês subsequente ao aniversário da licença concedida.**

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-Jequitinhonha, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “MF Cascalho e Areia Ltda”

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída da Fossa séptica ⁽¹⁾	pH, materiais sedimentáveis, óleos vegetais e gorduras animais, DBO, DQO, substâncias tensoativas, sólidos em suspensão totais	Semestral

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Local de amostragem: Entrada do tanque séptico (efluente bruto): antes da chegada na fossa séptica. E saída (efluente tratado): na chegada do sumidouro.

Relatórios: Enviar **anualmente** à Supram até o dia 10 do mês subsequente ao aniversário da licença concedida, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

2. Monitoramento dos Recursos Hídricos

O monitoramento dos recursos hídricos deverá ser realizado conforme previsto nos estudos do RAS, cujo parâmetros mínimos estão definidos no quadro abaixo. Os pontos de monitoramento deverão ser definidos com **coordenadas geográficas**.



Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
A montante e jusante do ponto do empreendimento ⁽²⁾ :	DBO, OD, turbidez, sólidos em suspensão totais, pH, coliformes totais e fecais.	<u>Semestralmente</u>

Relatórios: Enviar anualmente à Supram até o dia 10 do mês subsequente ao aniversário da licença concedida, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

⁽²⁾ Para as amostragens feitas no corpo hídrico, apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do empreendimento.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

3. Resíduos Sólidos

Enviar anualmente à Supram Jequitinhonha, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

⁽¹⁾ Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

⁽²⁾ Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

1- Reutilização

2 - Reciclagem

3 - Aterro sanitário



- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.